



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 a JUNHO/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

<b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b> (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	927.324,41	-
Pessoal Ativo	927.324,41	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	927.324,41	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	927.324,41	

<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>	<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)</b>	37.014.518,65
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL–DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	2,50%
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 6 %</b>	2.220.871,12
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 5,70 %</b>	2.109.827,56
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 5,40 %</b>	1.998.784,01

**FONTE:** Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Prefeitura Municipal em 16/07/2014.

**Nota:**

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

Boa Esperança-ES, 24 de julho de 2014

**VALDIR RAMOS MATTUSOCH**  
Presidente

**ZELINA LANGA**  
Diretora Administrativa

**NILSON DE OLIVEIRA SOUZA**  
Contador – CRC-ES 8.546